

Roberto Garcia Simões

É professor da Ufes e especialista em políticas públicas

E-mail: roberto.simoies@ufes.br

/// O PIB per capita (6º) do Espírito Santo está muito acima da média brasileira, enquanto o rendimento médio (11º) está abaixo da respectiva média

Posições conflitantes

Com o 6º Índice de Desenvolvimento Social – IDS, em 2010, o Espírito Santo cai para a 10ª posição na educação – e desce mais uma no Índice de Capital Humano – ICH. É o disparate que se extrai do estudo “Desenvolvimento Social no Brasil – 1970/2010”, apresentado pelo economista Roberto Cavalcanti de Albuquerque, no XXV Fórum Nacional – realizado em maio passado no BNDES.

O IDS abrange cinco componentes: saúde, educação, trabalho, rendimento (PIB per capita e coeficiente de igualdade) e habitação. Influenciando o IDS, o Espírito Santo também teve o 6º PIB per capita em 2010: R\$ 23.378,74. Entretanto, quando se toma o rendimento médio (IBGE), o Estado, em 2011, ficou na 11ª posição: R\$ 1.299,98.

Este é um dos pontos centrais do modelo estadual: o PIB per capita (6º) está muito acima da média brasileira, enquanto o rendimento médio (11º) está abaixo da respectiva média. Ao contrário, Santa Catarina teve o 4º maior PIB per capita e o 3º melhor rendimento médio. A discrepância no Espírito Santo tem, além de um impacto social decisivo, um significado no debate político nacional – a exemplo do FPE. Com o

critério PIB per capita, o Espírito Santo perde na distribuição federativa, apesar de o rendimento médio ser baixo.

Em que medida as 10ª e 11ª posições do Estado em educação e rendimento, respectivamente, andam associadas? A educação no IDS abrange a taxa de alfabetização e a média de anos de estudo, com grande peso (80%). E é nesta média que o Espírito Santo está mal (7,5 anos): menor que a média do Sudeste. No ICH, a situação do Estado não é diferente. Com baixa escolaridade, o que é capacitar a força de trabalho?

Eis a magnitude da deseducação no Espírito Santo, e a necessidade de se aprofundar as interações com os perfis dos trabalhos gerados: segundo o “Anuário Brasileiro de Educação Básica 2013”, em seis dos sete graus de instrução, do sem instrução ao ensino superior completo, o rendimento médio foi inferior às médias do Sudeste, em 2011. A única exceção se deu no ensino fundamental incompleto – R\$ 877,08 – reforçando a necessidade de se tratar dos empregos ofertados no estado.

No Espírito Santo, a receita líquida per capita dos governos estadual e municipais está entre as maiores do país – tendo sido a 4ª em 2010. A educação básica, que é de competência destes níveis de governo, teve um tratamento compatível no tempo das “vacas gordas”?

Os (des)encontros entre educação, PIB per capita e rendimento médio não aparecem nas avaliações de governos estaduais recentes.